

Benevides manterá o recesso

Givaldo Barbosa 24/04/92

Scheila Bernadete

Apesar da escassa produtividade legislativa, o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, garantiu ontem que o recesso de julho não será adiado. A única exceção poderá ser a prorrogação constitucional, se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não for votada até o dia 30 de junho, como pretende o Governo, na tentativa de colocar em pauta as propostas do Emendão.

Ele disse ser contrário à tese de convocação extraordinária no meio do ano, para liberar os parlamentares em agosto e setembro a participarem das campanhas eleitorais, "porque pega mal perante a opinião pública".

Benevides estimou que cerca de 80 parlamentares estarão envolvidos diretamente nas eleições previstas para 3 de outubro como candidatos às prefeituras de seus municípios. No entanto, afirmou não acreditar que isso irá influenciar no quórum mínimo de 252 deputados e 42 senadores para a apreciação das matérias.

O presidente do Congresso também não é favorável a medidas moralizadoras sugeridas por um grupo de senadores, — como o corte dos salários aos que faltarem às sessões —, por considerar muito pequeno este tipo de sanção econômica. "Grande parte dos parlamentares não depende dos vencimentos para sobreviver", justificou. Em julho, eles já estarão recebendo Cr\$ 21,6 milhões.

O senador discorda das críticas feitas ao Congresso, especialmente em relação ao Senado, sobre a baixa produção. Para ele, 98 proposições apreciadas em dois meses significam que a Casa "cumpriu suas tarefas".

Para os próximos três meses, o Congresso tem três prioridades, segundo o senador. A LDO, lida na última quinta-feira em plenário e que será votada no dia 15 de junho; a apreciação do Orçamento Plurianual da União, que está sendo analisado na Comissão Mista de Orçamento; e a Medida Provisória nº 302, regularizando a reforma ministerial do Governo, que será votada na terça-feira.

Ainda no dia 28, acontecerá reunião conjunta entre as lideranças da Câmara e do Senado para analisar os 55 vetos presidenciais, numa tentativa de limpar a pauta de votações. Na quarta, dia 29, o Senado deverá aprovar o acordo feito pelo Governo com o Clube de Paris e os projetos sobre a nova lei de Imprensa, Orgânica dos Partidos Políticos e do Ministério Público.



Benevides é contra a liberação de parlamentares para a eleição

JORNAL DE BRASÍLIA 25 ABR 1992